

“Deus é Amor”, primeira encíclica de Bento XVI

Oferecemos um resumo da primeira encíclica de Bento XVI, “Deus caritas est” (Deus é amor), sobre o amor cristão. Está datada de 25 de dezembro, solenidade do Natal de Nosso Senhor.

10/02/2006

Síntese da encíclica

A encíclica está composta de duas partes. A primeira, intitulada “A

unidade do amor na criação e na história da salvação”, apresenta uma reflexão teológico-filosófica sobre o “amor” em suas diversas dimensões – “eros”, “philía”, “ágape” – precisando alguns dados essenciais sobre o amor de Deus pelo ser humano e a relação intrínseca que esse amor tem com o amor humano. A segunda, chamada “Caritas, o exercício do amor por parte da Igreja como ‘comunidade de amor’”, trata do exercício concreto do mandamento do amor ao próximo.

PRIMEIRA PARTE

O termo “amor”, uma das palavras mais usadas e das que mais se abusa no mundo de hoje, tem um enorme campo semântico. Nessa multiplicidade de significados surge, todavia, como arquétipo do amor por excelência, aquele existente entre o homem e a mulher, que na antiga Grécia tinha o nome de “eros”. Na

Bíblia e principalmente no Novo Testamento há um aprofundamento da noção de “amor”; este desenvolvimento se expressa na rejeição da palavra “eros” em favor do termo “ágape”, para expressar um amor de oblação.

Essa nova visão do amor, uma novidade essencial do cristianismo, foi interpretada não poucas vezes de forma absolutamente negativa, como se se tratasse de uma supressão do “eros” ou da corporeidade. Apesar de terem surgido tendências desse tipo, o sentido do aprofundamento é outro. O “eros”, colocado na natureza do ser humano por seu próprio Criador, tem necessidade de disciplina, de purificação e de maturidade para não perder sua dignidade original e não ser degradado a puro “sexo”, convertendo-se em mercadoria.

A fé cristã considerou sempre o homem como um ser em que espírito e matéria se interpenetram mutuamente, alcançando assim uma nobreza toda nova. Pode-se dizer que o desafio do “eros” foi vencido quando o corpo e a alma se encontram em perfeita harmonia no ser humano. Só então é que o amor é “êxtase”; mas êxtase não como momento de embriaguez passageira, e sim como saída permanente do eu fechado em si mesmo em direção à sua libertação através do dom de si, e desse modo no sentido de um reencontro consigo próprio; mais além, até o descobrimento de Deus. Desse modo, o “eros” pode elevar o ser humano em “êxtase” até o Divino.

Definitivamente, é preciso que “eros” e “ágape” nunca sejam totalmente separados um do outro. Pelo contrário: quanto mais em equilíbrio estiverem – evidentemente em dimensões diversas – melhor se

realizará a verdadeira natureza do amor. Embora o “eros” seja, inicialmente, sobretudo desejo, à medida em que se aproxima da outra pessoa interrogar-se-á sempre menos sobre si mesmo, buscará cada vez mais a felicidade do outro, entregar-se-á e desejará “ser” para o outro: desse modo um se torna parte do outro e o momento do “ágape” é atingido.

Em Jesus Cristo, que é o amor de Deus encarnado, o “eros”-“ágape” alcança a sua forma mais radical. Ao morrer na cruz, Jesus, entregando-se para elevar e salvar o ser humano, expressa o amor na sua forma mais sublime. Jesus assegurou a presença duradoura desse ato de oferecimento através da instituição da Eucaristia, na qual, sob as espécies do pão e do vinho, entrega-se a nós como um novo maná que nos une a Ele. Ao participarmos da Eucaristia, nós também nos envolvemos na

dinâmica da sua entrega. Unimo-nos a Ele e ao mesmo tempo nos unimos a todos os demais aos quais Ele se entrega; todos nos convertemos assim em “um só corpo”. Desse modo, o amor de Deus e o amor ao nosso próximo realmente se fundem. O duplo mandamento, graças a esse encontro com o “ágape” de Deus, não é mais apenas um requisito: o amor se pode “mandar” porque primeiro se entregou.

SEGUNDA PARTE

O amor pelo próximo, enraizado no amor de Deus, além de ser uma obrigação para cada fiel, é também um dever para toda a comunidade eclesial, que em sua atividade caritativa deve refletir o amor trinitário. A consciência dessa obrigação teve uma importância fundamental na Igreja desde os seus inícios e muito cedo ficou igualmente clara a necessidade de uma

determinada organização como pressuposto para que ela fosse observada com mais eficácia.

Assim, na estrutura fundamental da Igreja surgiu a “diaconia” como serviço de amor ao próximo, realizado comunitariamente e de forma ordenada – um serviço específico, mas ao mesmo tempo espiritual. Com o crescimento progressivo da Igreja, esse exercício da caridade definiu-se como um dos seus aspectos mais importantes. A natureza íntima da Igreja se expressa, desse modo, em uma tríplice tarefa: o anúncio da Palavra de Deus (*kerygma-martyria*), a celebração dos sacramentos (*leiturgia*) e o serviço da caridade (*diakonia*). São tarefas mutuamente implicadas e que não podem se separar.

A partir do século XIX, colocou-se contra a atividade caritativa da

Igreja uma objeção fundamental, segundo a qual esta estaria em contraposição – dizia-se – com a justiça, e que acabaria por atuar como um sistema de conservação do *status quo* . Ao realizar obras de caridade individuais, a Igreja favoreceria a manutenção do injusto sistema vigente, fazendo-o de alguma forma sustentável e impedindo assim a rebeldia e uma possível melhora em direção a um mundo melhor.

Nesse sentido, o marxismo procurou indicar a panacéia para a problemática social: a revolução mundial e a sua preparação, sonho que com o tempo desapareceu. O magistério pontifício, começando pela encíclica “*Rerum Novarum*” de Leão XIII (1891) até a trilogia das encíclicas sociais de João Paulo II: “*Laborem exercens*” (1981), “*Sollicitudo rei socialis*” (1987), “*Centesimus annus*” (1991), enfrentou com insistência crescente

a questão social e, confrontando-se com situações problemáticas sempre novas, elaborou uma doutrina social muito profunda, que propõe orientações válidas que vão muito além dos limites da Igreja.

Entretanto, a criação de uma ordem justa no âmbito da sociedade e do Estado é um dever fundamental da política, e sendo assim, não pode ser uma tarefa imediata da Igreja. A doutrina social católica não pretende conferir à Igreja um poder sobre o Estado, mas simplesmente purificar e iluminar a razão, oferecendo a sua contribuição à formação das consciências, de modo que as verdadeiras exigências da justiça sejam percebidas, reconhecidas e realizadas. Não obstante, não existe qualquer normativa estatal que, por justa que seja, possa tornar supérfluo o serviço do amor. O Estado que tudo quer prover converte-se invariavelmente em uma instância

burocrática incapaz de assegurar aquilo de que o ser humano que sofre – qualquer ser humano – mais essencialmente precisa: uma amorosa dedicação pessoal. Aquele que pretende se desfazer do amor dispõe-se a abdicar do homem enquanto homem.

Em nosso tempo, um positivo efeito colateral da globalização manifesta-se no fato de que o desvelo pelo próximo, superando os limites das comunidades nacionais, tende a ampliar seus horizontes ao mundo inteiro. As estruturas do Estado e as associações humanitárias desempenham de várias maneiras a solidariedade expressa pela sociedade civil: desse modo, formaram-se muitas organizações com objetivos caritativos e filantrópicos. Além disso, na Igreja Católica e em outras comunidades eclesiais, surgiram novas formas de atividade caritativa. É desejável que

se estabeleça entre todas essas instâncias uma frutuosa colaboração. Naturalmente, é importante que a atividade caritativa da Igreja não perca a sua própria identidade, dissolvendo-se na organização eclesial comum assistencial, convertendo-se numa simples variante. Ao contrário, ela deve manter todo o esplendor essencial da caridade cristã e eclesial. Portanto:

A atividade caritativa cristã, além da competência profissional com que deve ser desempenhada, deve se fundar num encontro pessoal com Cristo, cujo amor tocou o coração do crente, suscitando nele o amor ao próximo.

A atividade caritativa cristã deve ser independente dos partidos e das ideologias. O programa do cristão – o programa do Bom Samaritano, o programa de Jesus – é “um coração que vê”. Este coração vê onde há

necessidade de amor e atua em consequência.

Além disso, a atividade caritativa cristã não deve ser um meio a serviço daquilo que hoje é chamado proselitismo. O amor é gratuito; não se exercita para alcançar outros fins. Mas isso não significa que a ação caritativa deva, por assim dizer, deixar a Deus e a Cristo de lado. O cristão sabe quando deve falar de Deus e quando é justo não o fazer, deixando falar somente o amor. O hino à caridade de São Paulo (Cor 1, 13) deve ser a Carta Magna de todo o serviço eclesial, para protegê-lo do risco de cair num puro ativismo.

Nesse contexto, perante o risco do secularismo que pode condicionar muitos cristãos comprometidos no trabalho de caridade, é necessário reafirmar a importância da oração. O contato vivo com Cristo evita que a experiência das enormes carências e

dos próprios limites arrastem o fiel a uma ideologia que pretende fazer agora aquilo que, aparentemente, Deus não consegue fazer, ou cair na tentação de ceder à inércia e à resignação. Quem reza não perde tempo, ainda que as circunstâncias o impulsionem unicamente à ação; e quem reza não pretende mudar ou corrigir os planos de Deus, mas sim conseguir para si – seguindo o exemplo de Maria e dos santos – a luz de Deus e a força do amor que vence toda a obscuridade e o egoísmo presentes no mundo.

**Para ler a encíclica completa
acesse o link do Vaticano no
retângulo azul, à direita da página**

primeira-enciclica-de-bento-xvi/
(17/02/2026)